

SINDILEX



Fique por
entro

15 de agosto de 2024 | n° 90

**11 de agosto -
Dia do Advogado:
"A essência do
Direito é a justiça"**



VEJA NESTA EDIÇÃO

- III Congresso Extraordinário da Pública Central do Servidor
- Curso de Formação Sindical
- Textos Críticos: O banco central e a Democracia

AGENDA E EVENTOS IMPORTANTES

01 a 04 de agosto

III Congresso da Pública Central dos Servidores

O presidente Daniel Santos, o vice-presidente Marcos Alcyr, a diretora de Comunicação Sônia Alves e o secretário-geral do Sindilex, Eduardo Carrion, participaram do III Congresso da Pública Central do Servidor, realizado nas datas mencionadas acima, na cidade de Guaratuba, Paraná. Para mais informações, consulte o item Datas e Eventos Importantes.

07 de agosto

Encontro do Fórum de Entidades com o candidato Guilherme Boulos

O vice-presidente, Miguel Lima, compareceu ao Encontro do Fórum de Entidades com o candidato a prefeito de São Paulo, Guilherme Boulos na sede do Sindaf – Sindicato dos Auditores Fiscais do Município de São Paulo.



Plantão no TCM

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, esteve presente no Tribunal de Contas, onde conversou com autoridades e servidores de diversos setores sobre as demandas da categoria e as atividades do Sindilex. O presidente também acompanhou a Sessão Plenária do Tribunal.

DATAS E EVENTOS IMPORTANTES

III Congresso Extraordinário da Pública Central do Servidor



Foto: Reprodução (Pública)

Entre os dias 1º e 4 de agosto, na cidade de Guaratuba, Paraná, no Apart Hotel Rota do Sol, reuniram-se os delegados e observadores representando os Sindicatos, Associações e Federações filiados à Pública Central do Servidor para a realização do III Congresso Extraordinário (III CONEP), com o tema 'O papel da Pública na organização institucional e política dos servidores públicos brasileiros.' Foram quatro dias de palestras e debates sobre as pautas que a Pública estará defendendo. As palestras foram ministradas por professores e membros de instituições conceituadas.

Na abertura, Victor Pagani, sociólogo, Diretor Técnico Adjunto e Diretor das Relações Sindicais do Dieese, ministrou a palestra sobre o tema 'O mundo do trabalho e o serviço público,' com foco na Inteligência Artificial (IA) e o serviço público.

No segundo dia, tivemos a palestra da professora da Unicamp, Andréia Galvão, que abordou 'A importância do funcionalismo público e do sindicalismo na defesa da democracia e na garantia dos direitos.'

Ainda no segundo dia, tivemos a palestra do professor Marcos Cavaliere sobre 'Servidores públicos – Operadores do Desenvolvimento' e a do ex-Ministro Ricardo Berzoini, que discutiu 'Pautas reformistas.'

Na tarde do segundo dia, os grupos de trabalho se reuniram para debater as bandeiras de luta da Pública, aprovadas no II CONEP realizado em São Paulo.

Entre as palestras e debates em grupo, os delegados, observadores e acompanhantes puderam desfrutar de deliciosos banquetes preparados pelos anfitriões.

Quando o documento das bandeiras de luta estiver consolidado com as contribuições do III CONEP, será publicado neste boletim.



Comitiva das entidades de São Paulo



Daniel Santos, Presidente do Sindilex

DATAS E EVENTOS IMPORTANTES

10 de agosto - Aniversário da Pública Central do Servidor

A Pública Central do Servidor celebra 9 anos de luta e conquistas! Ao longo dessa trajetória, tem se mantido firme na defesa dos direitos dos servidores públicos em todo o Brasil e na promoção de serviços públicos de qualidade para os cidadãos. O Sindilex, filiado à Pública, agradece a todos que têm caminhado ao nosso lado, fortalecendo cada vez mais essa união. Continuamos juntos em busca de mais vitórias!



SINDICALISMO PELO BRASIL



Vem aí o Curso de Formação Sindical II "Por um país para a maioria dos brasileiros"

Em parceria com a Pública Central do Servidor, a Escola Sindilex organizou e está disponibilizando o II Curso de Formação Sindical, com o tema 'Por um país para a maioria dos brasileiros.'

CURSO DE **FORMAÇÃO SINDICAL II** Por um Brasil para a maioria dos brasileiros

O curso está estruturado em 5 módulos.

MÓDULO 01

Cenário econômico, social e geopolítico mundial. Qual o papel do Brasil?

MÓDULO 02

O enfraquecimento dos sindicatos, o ataque às democracias e as ideologias de domínio.

MÓDULO 03

As crises que ameaçam a continuidade da espécie humana e a disfuncionalidade do capitalismo (queda tendencial da taxa de lucros e urgência na criação de mercados x desigualdade social crescente).

MÓDULO 04

Cultura – desenvolvimento da arte e da ciência.

MÓDULO 05

Caminhos possíveis para enfrentar o cenário apresentado.

Os palestrantes são professores altamente qualificados no meio acadêmico, e cada aula tem a duração de 1 hora, seguida por 30 minutos de debate.

A Escola Sindilex e a Pública reconhecem e reafirmam a importância de nos qualificarmos para contribuir com as mudanças necessárias à construção de um país com mais justiça e equilíbrio social.

Se você deseja se aperfeiçoar, entre em contato conosco ou inscreva-se no endereço abaixo:

www.escolasindilex.org.br

Para mais informações, [clique aqui](#).

TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL



Sem legislação específica, presentes recebidos por presidentes da República não são considerados "bens públicos."



Imagem meramente ilustrativa: Reprodução

TCU considerou improcedente representação que apontava apropriação indevida de relógio de pulso pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva

O Tribunal de Contas da União (TCU) analisou representação de parlamentar federal, motivada por reportagens divulgadas em agosto de 2023, sobre suposta **apropriação indevida de relógio de pulso pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva**. Na sessão plenária desta quarta-feira (7/8), os ministros consideraram improcedente a representação por não haver lei específica que discipline a matéria.

Para o TCU, não há fundamentação jurídica que caracterize os presentes recebidos como bens públicos. Dessa forma, até que lei específica discipline

a matéria, não há possibilidade de se expedir determinação para incorporação do bem ao patrimônio público.

“Não pode o controle externo, na ausência de lei específica, criar obrigações que a lei não criou. Estamos diante de limitação de natureza formal, que não pode ser transposta por esta Corte”, explicou o ministro Jorge Oliveira em seu voto.

O Plenário também entendeu que não há a caracterização precisa do conceito de “bem de natureza personalíssima” ou de valor objetivo que possa enquadrar o produto como de “elevado valor de mercado”.

O relator do processo foi o ministro Antonio Anastasia. Houve votos dos ministros Walton Alencar Rodrigues, Jorge Oliveira e pronunciamento da procuradora-geral do Ministério Público junto ao TCU, Cristina Machado da Costa e Silva.

Fonte: Secom/TCU



LEGISLATIVOS PELO BRASIL

Câmara Federal comemora os 18 anos da Lei Maria da Penha, mas há a persistência de altos índices de violência contra a mulher



Imagem meramente ilustrativa: Reprodução

A Lei Maria da Penha, criada para combater a violência doméstica e familiar contra as mulheres, completa 18 anos nesta quarta-feira (7/08) mas os índices de violência contra mulher no Brasil continuam altos.

A fim de alterar esse quadro, a procuradora da Mulher da Câmara dos Deputados, deputada Soraya Santos (PL-RJ), em seu discurso, pediu a união dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para a construção e implantação de políticas sociais mais eficazes. Também salientou a necessidade de usar as novas tecnologias.

Soraya Santos enfatizou que a Lei Maria da Penha foi considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a terceira melhor lei de combate à

violência contra a mulher no mundo. No entanto o Brasil continua sendo o líder nos índices de violência contra a mulher.

Violência crescente

Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, mostram o crescimento de casos em todos os tipos de violência contra mulheres no Brasil em 2023, incluindo ameaça, stalking (perseguição), agressões físicas em contexto de violência doméstica, violência psicológica, estupro, feminicídio e tentativa de feminicídio.

Segundo o levantamento, 1.467 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2023 – ou seja, em média, quatro mulheres morreram por dia vítimas desse crime. Dessas, 63,6% eram negras, 71,1% tinham entre 18 e 44 anos, e 64,3% foram mortas em casa. O assassino foi o parceiro em 63% dos casos, o ex-parceiro em 21,2% e um familiar em 8,7% dos registros.

Mudanças na legislação

O Congresso já incluiu ou modificou 50 dispositivos da Lei Maria da Penha, por meio de 15 novas leis sancionadas entre 2017 e 2024.

Segundo a procuradora da Câmara, essas modificações aprimoraram a legislação, como, por exemplo, ao reconhecer e punir o crime de perseguição (Lei 14.132/21).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

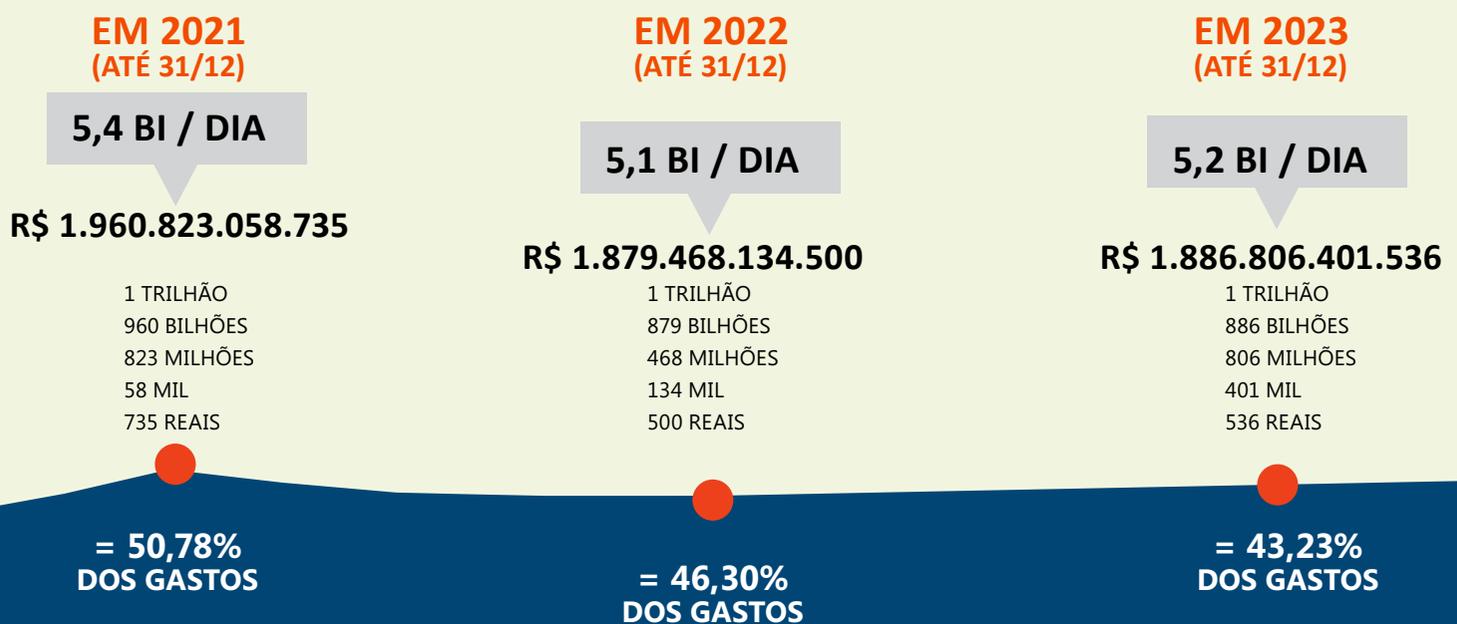


AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

DIVIDÔMETRO

Acompanhando a Dívida Pública.

QUANTO PAGAMOS (JUROS E AMORTIZAÇÕES) - DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL



QUANTO DEVEMOS



DÍVIDA INTERNA FEDERAL – DEZ/2023

R\$ 8.587.445.462.373

8 TRILHÕES, 587 BILHÕES, 445 MILHÕES, 462 MIL E 373 REAIS

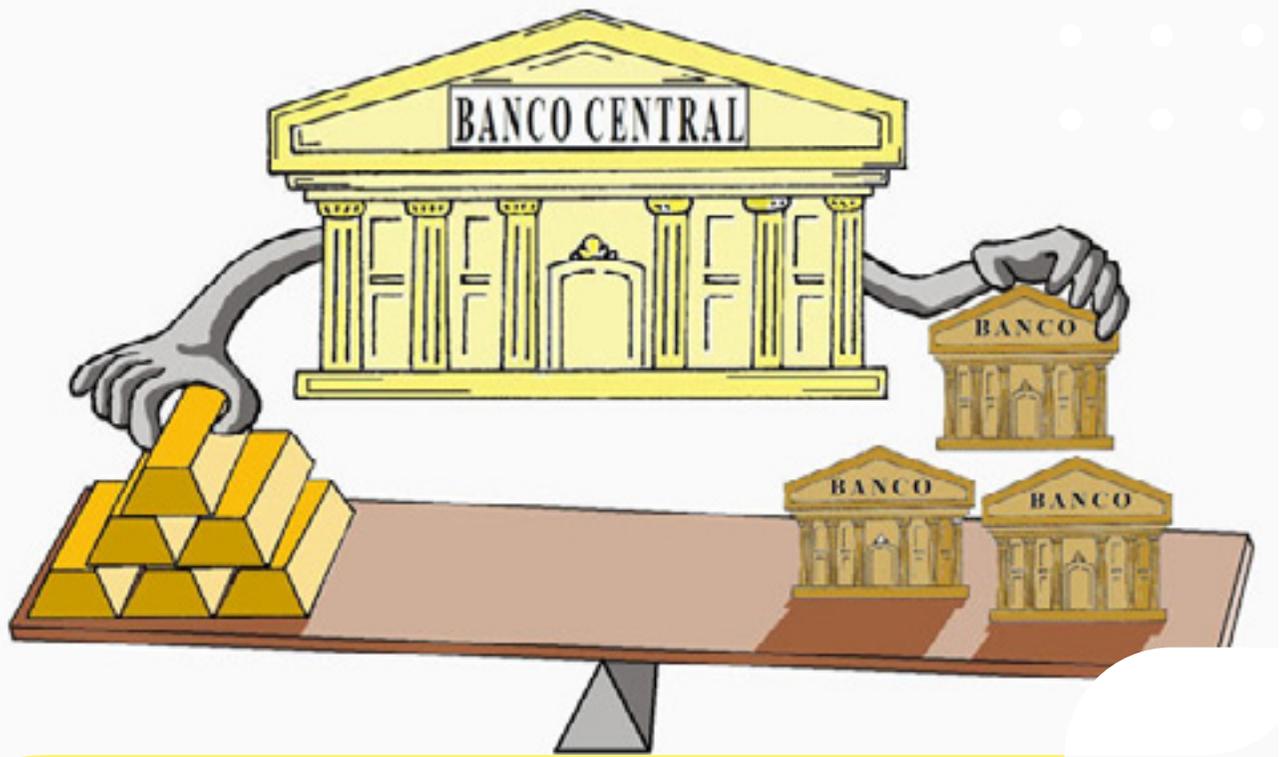
DÍVIDA EXTERNA TOTAL – DEZ/2023

US\$ 604.175.790.068

604 BILHÕES, 175 MILHÕES, 790 MIL E 68 DÓLARES

TEXTOS CRÍTICOS

Imagem meramente ilustrativa: Reprodução



O banco central e a democracia

Por Ricardo Carneiro

É surpreendente que não haja na teorização sobre o banco central independente uma reflexão acerca dos interesses de agentes privados como banqueiros, mercados financeiros e rentistas em geral

Os bancos centrais assumiram, no período da financeirização, pós-1980, um papel crucial e quase exclusivo na gestão da política econômica, magnificando o impacto de suas ações na economia e sociedade. A desregulação radical dos mercados financeiros paradoxalmente exacerbou as ações dos bancos centrais, sobretudo na correção dos distúrbios decorrentes das operações desses mercados. Nesse contexto, é quase incompreensível que o debate sobre esta instituição seja, ainda hoje, marcado pelas propostas de ampliação da independência e não da sua democratização.

Atribui-se ao general alemão Clausewitz, um estrategista militar e cientista político, a frase “a guerra é um assunto sério demais para ser deixado aos generais”. A afirmação não questionava o conhecimento técnico dos militares, mas destacava as amplas implicações econômicas e sociais das guerras, bem como as escolhas que deveriam ser feitas, muitas vezes com informações imperfeitas. Ora, por sua natureza, a guerra era sobretudo um prolongamento da política e não deveria ser deixada a cargo dos burocratas, e seus interessados, no caso, os generais e os produtores de material bélico.

A analogia da guerra com a moeda, ou dos poderes de monopolizar a força, em suas várias dimensões, com o da emissão e gestão da moeda, ambos poderes basilares dos Estados soberanos, é irrecusável. A moeda e sua gestão, tanto quanto a da guerra, têm vastas implicações econômicas sociais e, ademais, envolvem escolhas. Logo, cabe perguntar: por que insular uma função tão essencial do Estado soberano por meio do banco central independente do governo? No sentido contrário, não seria mais correto democratizá-la?

Para explicitar a centralidade que tem um banco central, na economia e sua gestão, cabe assinalar o seu papel. De uma perspectiva histórica, os bancos centrais responsáveis exclusivos pela emissão e controle da moeda fiduciária estatal tiveram a seu cargo algumas funções essenciais: a determinação da taxa de juros, os empréstimos de última instância e o financiamento do Estado. Outra função relevante, mas não exclusiva, é a da regulação e supervisão bancária com o intuito de evitar as crises sistêmicas.

No período da financeirização e da desregulação dos mercados, o banco central perdeu a sua função de financiar o Tesouro. Ou seja, ao banco central independente é vedado financiar o o Tesouro, sob vários argumentos: a validação automática dos déficits públicos e seus impactos na inflação, a ineficiência alocativa do gasto público e por aí vai. É curioso que esse tipo de argumento não incluía nunca a validação de dívidas privadas, em particular aquelas decorrentes das bolhas financeiras. No dizer de várias correntes do pensamento econômico, o banco central converteu-se num instrumento de validação de dívidas e títulos podres do setor privado.

“É curioso e até surpreendente que não haja na teorização sobre o banco central independente uma reflexão sobre os interesses de agentes privados como banqueiros, mercados financeiros e rentistas em geral”.

Artigo extraído da revista Carta Capital

Leia o artigo completo em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/o-banco-central-e-a-democracia/>

Ricardo Carneiro É professor titular do Instituto de Economia da Unicamp

Nota: os textos assinados não refletem necessariamente a opinião da Diretoria do Sindilex.

MASSOTERAPIA

ADRIANA VALÉRIA RIBEIRO



Melhores benefícios da *Reflexologia*

De acordo com uma revisão de estudos publicada no Journal of Traditional and Complementary Medicine, a reflexologia estimula a liberação de analgésicos naturais no corpo, como a endorfina. A endorfina, segundo o estudo, “ensina” o corpo a se adaptar às lesões.

AGENDE SUA CONSULTA: (11) 3104.1023

MASSOTERAPIA

ADRIANA VALÉRIA RIBEIRO



Melhores benefícios da *Quick Massage*

A técnica de Quick Massage é muito utilizada para alívio de sintomas e tratamento de stress, ansiedade, depressão, lesão por esforço repetitivo (LER) ou Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) e até ao nível da hipertensão arterial.

Normalmente a sintomatologia algica é agravada postura incorreta de forma contínua. Para além destes, esta técnica de massagem também é muito utilizada em problemas como dores de cabeça, mau humor, dificuldade de concentração e indisposição.

AGENDE SUA CONSULTA: (11) 3104.1023

MASSOTERAPIA

ADRIANA VALÉRIA RIBEIRO



Melhores benefícios da
*Massagem
Relaxante*

1. Controle do estresse;
2. Diminuição da ansiedade;
3. Alívio da tensão e das dores musculares;
4. Melhora da circulação sanguínea, elasticidade da pele e sistema imune;
5. Diminuição da pressão arterial no caso de pacientes hipertensos;
6. Alívio das dores de cabeça;
7. Diminuição do cansaço;
8. Estimulação e equilíbrio do sistema intestinal;
9. Eliminação de toxinas e resíduos metabólicos;
10. Diminuição das insônias.

AGENDE SUA CONSULTA: (11) 3104.1023

MASSOTERAPIA

ADRIANA VALÉRIA RIBEIRO



Melhores benefícios do
Spa dos Pés

1. Alivia dores nos pés
2. Proporciona relaxamento
3. Melhora a circulação sanguínea
4. Promove maciez
5. Suaviza as calosidades

AGENDE SUA CONSULTA: (11) 3104.1023

AÇÕES JUDICIAIS

Acompanhe as matérias com ações judiciais em andamento e outras possíveis de se ingressar

Atenção servidor, fique atento ao seu saldo do PASEP



Ação PASEP

Programa de formação do Patrimônio do Servidor Público

Histórico

No início de outubro, o Superior Tribunal de Justiça, ao analisar o Tema 1.150, estabeleceu diretrizes que atribuem ao Banco do Brasil a responsabilidade por retiradas não autorizadas ou por má administração de fundos das contas PASEP.

Portanto, aqueles que se tornaram servidores públicos antes da implementação da Constituição Federal de 1988 podem ter o direito de receber uma restituição significativa se houver descoberto irregularidades nos extratos de suas contas PASEP.

Finalidade da Ação

O objetivo da ação é buscar indenização por prejuízos decorrentes de retiradas indevidas em conta individual vinculada ao PASEP.

Honorários

1) Análise do extrato e verificação da existência de saldo a ser cobrado na ação:

- R\$ 500,00 para filiado Sindilex
- R\$ 600,00 para não filiado Sindilex

2) Se houver saldo:

2.1) Ajuizamento da ação:

- R\$ 500,00 para filiado Sindilex
- R\$ 600,00 para não filiado Sindilex

2.2) 20% do valor a ser recebido.

Procedimento

1) Solicitar extrato da conta PASEP junto ao Banco do Brasil:

[Clique a aqui para o formulário do Requerimento de Extrato do PASEP](#)

2) Encaminhar extrato para o Sindilex:

Email: sindilex@sindilex.org.br

Whatsapp: (11) 96607-9578

3) Documentação adicional

- Procuração e contrato assinados
- Documento de identidade (RG) e CPF
- Comprovante de endereço
- Extrato da conta PASEP

JULGAMENTO



Análise da decisão do STF sobre a atualização do FGTS

Decisão do STF:

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que as contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) não podem ser corrigidas apenas pela Taxa Referencial (TR), que atualmente tem um valor próximo de zero. A partir da decisão, as contas do FGTS deverão ser corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principal indicador da inflação no Brasil.

A decisão vale para novos depósitos a partir da decisão do Supremo e não será aplicada a valores retroativos. Após o julgamento, a assessoria de imprensa do STF esclareceu que a nova correção deverá ser aplicada ao saldo atual das contas a partir da publicação da ata de julgamento, que ocorreu em 17/06/24.

Pela deliberação dos ministros, fica mantido o atual cálculo que determina a correção com juros de 3% ao ano, o acréscimo de distribuição de lucros do fundo, além da correção pela TR. A soma deve garantir a correção pelo IPCA.

Contudo, se o cálculo atual não alcançar o IPCA, caberá ao Conselho Curador do FGTS estabelecer a forma de compensação. O índice acumulado nos últimos 12 meses é de 3,90%.

A proposta de cálculo foi sugerida ao STF pela Advocacia-Geral da União(AGU), órgão que representa o governo federal, após conciliação com centrais sindicais durante a tramitação do processo.

Conclusão:

A decisão do STF que estabelece a correção a novos depósitos e a manutenção dos saldos anteriores pela correção atual gerou uma grande insatisfação entre os trabalhadores que esperavam uma correção retroativa. Contudo, todas as ações judiciais interpostas estão sendo julgadas improcedentes, acompanhando o julgamento da ADI nº 5090 pelo STF.



MARCOS LIMEIRA
SOCIEDADE DE ADVOCACIA



Painel de Ações Judiciais em andamento

O Sindilex impetrou várias ações coletivas e individuais, visando defender os interesses dos servidores da categoria.

[Para mais detalhes, veja o resumo e acompanhe o status atualizado das ações clicando aqui](#)



Este foi o boletim Sindilex com as últimas atualizações e informações relevantes. Para manter-se sempre informado e participativo, não deixe de nos acompanhar. Além disso, estamos abrindo um canal especial para perguntas e sugestões, reforçando nosso compromisso com a transparência e a participação de todos. Compartilhe suas ideias e contribua para um Sindilex ainda mais representativo. Aguardamos o seu contato!

Ousar lutar, ousar vencer.

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais